

Implicatura: para bom entendedor meia palavra basta

Rita de Cássia Maia e Silva Costa
UFES

A fala é velha como a consciência, a fala é uma consciência prática, real, que existe tanto para os outros como para mim mesmo. E a fala, como a consciência, nasce apenas da necessidade, da imperiosidade de contacto com outras pessoas.

Karl Marx, A ideologia alemã

O livro pode valer pelo muito que nele não deveu caber.

Guimarães Rosa, Tutaméia

PALAVRAS-CHAVE: Discurso; implicatura conversacional; significação.

O objetivo do presente estudo é refletir sobre o fenômeno da implicatura conversacional como uma das formas mais características do ato de significar. Tomando como unidade de análise uma conversa realizada espontaneamente em sala de aula entre crianças e adultos, procuraremos relacionar as noções de implícito à produção discursiva dos falantes, caracterizando a implicatura conversacional como uma manifestação pragmática, definindo sua função no discurso e destacando seu papel na comunicação.

Reconhece-se o processo de comunicação como indispensável à experiência social e à elaboração da cultura. Importa, pois,

considerá-lo como forma de interação, cuja realização depende das complexas relações entre os interlocutores, o contexto e os efeitos dessas relações.

Ao procurar interpretar esses efeitos na conversa entre as crianças e os adultos, buscando neles a orientação e a direção dadas à interação verbal, especificaremos algumas das funções essenciais da comunicação lingüística – que não se restringe meramente à função de comunicar ou informar – dentre as quais se destaca a função de implicar. O reconhecimento da intencionalidade no processo da implicatura e a força significativa que se realiza não pelo que é dito, mas pelo dizer o que é dito (de uma determinada maneira e não de outra), são fundamentais ao processo de significação. Interessam-nos, pois, as manifestações implícitas do ato de dizer.

Desenvolvimento

Indagando alguns sistemas de conhecimento para compreender as estruturas do entendimento humano, Schank & Abelson (1977) destacam a relevância do conhecimento expressivo verbal e a percepção, nos estudos mais recentes em lingüística, de representações profundas em torno das considerações da significação, após uma longa tradição do domínio dos estudos sintáticos.

Ao considerar as dificuldades de se definir uma gramática das línguas naturais que dêem conta do problema da significação, os autores apontam as insuficiências dos estudos que localizam predominantemente o problema da significação na sentença, mostrando que as pessoas têm já uma idéia bem formada ou esboçada a respeito daquilo que elas querem expressar. As pessoas já sabem o que elas querem dizer e o que é significativo. Nessas considerações, eles destacam a importância do contexto na interpretação do texto. É preciso levar em conta o conhecimento implícito do mundo real que é utilizado pelos interlocutores (falante/ouvinte, autor/leitor). Este conhecimento pode ser altamente estruturado. Os ingredientes

adequados à descoberta do significado da sentença, portanto, não podem ser encontrados dentro dela.

A importância do conhecimento implícito do mundo real pode ser constatada com o exemplo extraído de debate ocorrido em sala de aula entre crianças e professora em torno de questões sociais, que pode ilustrar o que dissemos acima:

1ª) Os pobres lutam para chegar onde os ricos estão.

Percebe-se nesta sentença que há um conhecimento mútuo implícito por parte dos interlocutores em relação à ascensão social. “Onde os ricos estão” não traz explicitamente o lugar social ocupado por eles na sociedade, mas deixa presumir que seja um lugar hierarquicamente superior àquele ocupado pelos pobres, que lutam para “chegar” lá, ou seja, para alcançar o mesmo nível sócio-econômico com todas as implicações que isso tem.

Nessa perspectiva, a pragmática é fundamental para a concepção do trabalho lingüístico. Ela é decisiva para se compreender como o leitor/ouvinte realiza uma interpretação. Ele traz um vasto repertório de estruturas do conhecimento para o seu trabalho de compreensão (estas estruturas são chamadas “frames” e “schemata”).

“Desde Aristóteles, muito tem sido escrito a respeito de cada uma das figuras do discurso a partir de um ponto de vista retórico, filosófico e literário, mas até as observações de Grice poucas tentativas tinham sido feitas para explicar os mecanismos inferenciais que devem estar envolvidos na sua interpretação, ou para explicar como tais mecanismos podem ser conciliados com um tipo de teoria semântica padrão. O trabalho de Grice pelo menos sugere caminhos pelos quais esses importantes mecanismos comunicativos podem ser trazidos para dentro do escopo da teoria pragmática, embora [...] muito mistério ainda permaneça”. (Levinson, 1983:112)

Realçando a importância do conhecimento de mundo para o

processo de entendimento, buscando compreender sua natureza e suas formas de organização, Schank & Abelson (1977) distinguem o conhecimento geral do conhecimento específico e mostram como os conhecimentos específicos organizam os *scripts* responsáveis pela nossa interpretação e participação em eventos.

Um *script* é uma estrutura que descreve as seqüências apropriadas de eventos num contexto particular. Um *script* é feito de indícios e esses indícios se remetem uns aos outros, formando um todo interconectado. É uma seqüência pré-determinada de ações, que define uma situação conhecida. O *script* fornece referências para os assuntos como se eles tivessem sido previamente mencionados, ou seja, os assuntos não precisam ser explicitamente introduzidos porque o próprio *script* já os introduz implicitamente. O *script* é responsável por preencher as informações óbvias que foram deixadas de fora numa conversação ou numa história.

As pessoas precisam contar com um número X de conhecimento a fim de entender, e boa parte do entendimento está baseada em *scripts*. A compreensão é, então, um processo pelo qual as pessoas relacionam o que elas vêem e ouvem com suas experiências anteriores. Uma nova informação é entendida a partir da velha informação. A compreensibilidade na conversação é, pois, “uma função do lugar de um pedaço de informação no contexto”. (Schank & Abelson, 1977:132)

É nessa perspectiva que vamos privilegiar aqui o estudo da Implicatura Conversacional para tentar compreender a conversa realizada entre crianças e adultos em eventos particulares de uma situação escolar.

A implicatura é tomada como paradigma da natureza e do poder das explicações pragmáticas do fenômeno lingüístico. Percebe-se que há, em toda e qualquer conversação, uma espécie de inferência pragmática, que faz parte da organização da linguagem, de acordo com alguns princípios de interação cooperativa. Esses princípios impregnam a estrutura da linguagem. O conceito de implicatura, por isso, parece oferecer algumas explicações funcionais significativas

para os fatos lingüísticos (Levinson, 1983).

A implicatura aponta alguma razão explícita de como é possível significar mais do que está geralmente dito, isto é, mais do que aquilo que está literalmente expresso pelo sentido convencional das expressões lingüísticas.

Para ilustrar o que foi dito acima, transcreveremos um debate realizado entre as crianças e a professora de uma 3ª série de escola pública em situação real de sala de aula. Alguns trechos desse debate serão destacados e comentados.

- 1 - Profª – Por que eles apanhavam tanto?
- 2 - Cr. – Porque eles ficavam muito cansados, caíam e os feitores batiam neles para eles continuarem a trabalhar.
- 3 - Profª – Vocês acham que os negros foram mesmo libertados?
- 4 - Cr. – Não!
- 5 - Profª – Por quê?
- 6 - Cr. – Porque ainda existe preconceito contra os negros.
- 7 - Profª – Os negros ainda são tratados como escravos?
- 8 - Coro – Não.
- 9 - Algumas Cr – Uns são!
- 10 - Cr. – Eu conheço uma moça que trabalha na Ilha do Boi que ganha menos do que ela merece, só porque ela é preta.
- 11 - Cr. – Ela é preta, mas é de carne e osso como nós.
- 12 - Profª – Vocês acham que a Princesa Isabel foi boazinha porque ela libertou os escravos?
- 13 - Coro – Foi...
- 14 - Cr. – Não sei. Eu acho que ela tinha pena.
- 15 - Cr. – Porque ela não gostava de ver as pessoas sofrendo...
- 16 - Cr. – Eles fugiam, escapavam, eram torturados...
- 17 - Cr. – Capados...
- 18 - Cr. – Às vezes eles conseguiam fugir e iam para cima do morro.
- 19 - Cr. – Os políticos prometem muita coisa, mas não cumprem.
- 20 - Pesq. – O que é que isso tem a ver com o negro, Inês?
- 21 - Cr. – Tem, porque eles aproveitam a situação dos negros pobres das favelas e prometem melhores salários. No entanto...

22 -Pesq. – Vocês sabem o que os escravos iam fazer lá em cima do morro?

23 -Cr. – Eles iam tocar, dançar capoeira...

24 -Cr. – Eles fugiam para se libertar!

25 -Pesq. – De quem?

26 -Duas Cr. – Dos brancos, dos malfeitores.

27 -Pesq. – Como vocês sabem tudo isso?

28 -Cr. – Eu vi no filme na televisão na sexta-feira.

29 -Pesq. – Essa reunião dos negros era chamada de Quilombo.

30 -Profª – E como é a situação do negro no Brasil hoje?

31 -Cr. – Hoje tem trabalhadores na rua que a maior parte é de negros. O trabalho pesado é feito na maioria pelos negros e eles são mal pagos.

32 -Cr. – Meu irmão trabalha no porto e ganha mal. Ele trabalha pesado e os brancos ganham mais do que ele.

Considerem-se, pois, os exemplos:

7 - Profª – Os negros ainda são tratados como escravos?

8 - Coro – Não.

9 - Algumas Cr. – Uns são!

10 -Cr. – Eu conheço uma moça que trabalha na Ilha do Boi que ganha menos do que ela merece, só porque ela é preta.

11 -Cr. – Ela é preta, mas é de carne e osso como nós.

O fato de a professora (Linha 7) ter feito uma pergunta, e não uma afirmação, já implica o querer colocar em dúvida, já implica levantar a questão geradora do deslanchar da conversa.

A intenção foi efetivada, conduzindo a respostas possíveis – L. 8: Não. L.9: Uns são! Instalou-se, assim, o pretendido: que as crianças, a partir do contexto, pensassem a respeito da escravatura – ontem/hoje. Tudo isto é reforçado pelo nem tão ingênuo assim “ainda”, seguido da (?) interrogação. O advérbio “ainda” e a interrogação fazem um par intencional que aponta a implicatura, que funciona como motor do pensamento em ação: a conversa.

A comunicação entre os interlocutores desse debate envolve mais do que aquilo que está literalmente dito (no sentido apresentado por Grice). Ou seja, ao afirmarem que alguns negros são tratados como escravos, aquelas crianças estão implicando que a escravidão persiste sob uma forma diferente da do passado, que é contada pela história oficial. A afirmação (L.9) desencadeia uma dupla analogia feita pela criança (L.10) com um fato presente de exploração de mão-de-obra barata e com a marginalização da raça negra nesse processo de exploração. Essa afirmação traz implícita a percepção de que a escravidão continua e que a relação entre trabalho e remuneração é marcada por noções de valor, que utilizam critérios de cor. Essas noções de valor também marcam a fala da criança (L.11); ao afirmar que “ela é preta, mas é de carne e osso como nós”, a criança (do lado do “nós”, logo, branca) parece implicar uma concessão feita pelos brancos (categoria em que se inclui) – que seriam humanos (“de carne e osso”) – aos negros, que são “como nós”. Essa idéia implícita de concessão pode ser indiciada pelo uso da conjunção adversativa “mas” na sentença.

Desnecessário dizer que o significado das palavras é vago e é influenciado pelos usos e colocações que delas se fazem. A estabilidade semântica seria rompida pela instabilidade produzida pelos mecanismos pragmáticos, que são acionados em contextos específicos, e que produzem implicaturas.

O vocábulo “mesmo” (um marcador de foco), conforme o seu uso, pode implicar a expectativa de uma resposta negativa para uma pergunta. É o que se observa em:

- 3 - Prof^a – Vocês acham que os negros foram mesmo libertados?
- 4 - Cr. – Não!
- 5 - Prof^a – Por quê?
- 6 - Cr. – Porque ainda existe preconceito contra os negros.

A pergunta inicial da professora parece revelar a sua intenção de pôr em dúvida a afirmação histórica de que os negros foram

libertados. As crianças participam da conversa, respondendo que “não”, conforme a direção dada. A direção poderia ter sido outra, caso a professora perguntasse – “Vocês acham que os negros foram libertados?” – ou – “Os negros foram libertados?”. A resposta dada pelas crianças (L.6) reforça essa noção implícita do par de pergunta e resposta anterior ao tornar explícita a existência do preconceito racial. Essa afirmação do preconceito, por sua vez, implícita a continuidade, sob outra forma, da escravidão.

Trata-se, pois, de reconhecer a implicatura como um processo que provê como mais e mais algo pode ser comunicado, algo mais do que aquilo que é geralmente dito. De uma forma de expressão podemos derivar freqüentemente um certo número de inferências. No sentido que aqui nos interessa – e que Grice defende ao desenvolver a sua teoria do significado, ampliando-a para uma teoria da comunicação – somente as inferências pretendidas podem ser reconhecidas como “implicaturas”. O tipo de inferências chamadas implicaturas é sempre deste tipo “intencional”.

A teoria da implicatura de Grice é sobre como as pessoas usam a linguagem. Segundo ele, há uma série de hipóteses que guiam o comportamento na conversação. Elas advêm das considerações racionais básicas e podem ser formuladas como orientações para o eficiente e efetivo uso da linguagem em conversação para alcançar os mais distantes fins cooperativos.

Isso define o princípio geral da implicatura conversacional, segundo o qual é requerida, na conversação, uma contribuição, que se realiza no momento mesmo em que a conversa ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que os participantes estão inseridos. Trata-se do PRINCÍPIO de COOPERAÇÃO.

Há uma base quase-contratual na conversa, com paralelos fora da área do discurso. Nessa base quase-contratual, há traços característicos comuns, tais como:

- Os participantes têm algum objetivo imediato comum;
- As contribuições devem ser encadeadas e mutuamente dependentes;

- Os participantes têm um tipo de entendimento (explícito ou tácito) da continuidade da transação.

Isso significa que, para identificar completamente o que o falante “disse” – “dizer” como relação íntima entre o significado convencional das palavras e seu uso pelo falante, segundo Grice – é preciso saber:

- a) a identidade de X;
- b) o tempo da enunciação;
- c) o significado, na ocasião particular da enunciação.

Observe-se o uso da palavra “malfeitores” no exemplo seguinte, retirado do debate:

24 -Cr. – Eles fugiam para se libertar!

25 -Pesq. – De quem?

26 -Duas crianças – Dos brancos, dos malfeitores.

Dado o contexto da enunciação, pode-se inferir que as crianças, no uso talvez inadequado do ponto de vista semântico estrito, mas bastante sugestivo do ponto de vista da pragmática, fazem uma analogia, ao mesmo tempo em duas dimensões: entre as idéias que se fazem do sujeito/feitor com os atos ou as funções por ele desempenhados e entre o feitor do período escravocrata e os dominadores de nossos tempos, mais bem caracterizados como malfeitores.

Para prosseguir naquela interação, foi necessário que os participantes observassem certos princípios, orientando a conversa em função da experiência prévia de cada um e da observância das quatro “máximas conversacionais”.

Regidas pelo “princípio cooperativo geral”, essas “máximas conversacionais” identificadas por Grice orientam toda a reflexão e todo o trabalho da conversação. Sem pretender comentá-las aqui, dados os propósitos deste trabalho, cabe-nos apenas mencioná-las. São elas: Máxima de Quantidade, Máxima de Qualidade, Máxima

de Relação e Máxima de Modo.

Estas máximas especificam o que os participantes devem fazer a fim de conversar de uma forma potencialmente eficiente, racional e cooperativa: eles devem falar sinceramente, com relevância e clareza, enquanto provêem a interação de suficiente informação.

Grice estabelece essas máximas e as relaciona com a implicatura do tipo não-convencional, que se distingue da implicatura convencional. As “implicaturas conversacionais” são sempre “não-convencionais”. Estão conectadas com certos traços gerais do discurso. A implicatura conversacional deve poder ser deduzida, elaborada. Ou seja, a despeito da compreensão da implicatura poder ser feita pela intuição, só haverá de fato implicatura conversacional se a intuição for substituída pelo argumento. Caso contrário, tratar-se-á de implicatura convencional.

Ao caracterizar a noção de implicatura conversacional, Grice (in Dascal, 1982) formula um padrão geral para dedução de uma implicatura conversacional:

- Ele disse que p ;
- Supõe-se a observância das máximas ou pelo menos do Princípio de Cooperação;
- Ele não faria isso a não ser que ele pense que q ;
- Ele sabe (e sabe que eu sei que ele sabe) que posso ver que a suposição de que ele pensa que q é necessária;
- Ele não fez nada para impedir que eu pensasse que q ;
- Ele tem a intenção de que eu pense, ou pelo menos quer deixar que eu pense que q ;
- Logo, ele implicitou que q .

Retomemos, para exemplificar, um trecho do debate apresentado à página 4:

12 - Prof^a – Vocês acham que a Princesa Isabel foi boazinha porque ela libertou os escravos?

- 13 -Coro – Foi...
- 14 -Cr. – Não sei. Eu acho que ela tinha pena.
- 15 -Cr. – Porque ela não gostava de ver as pessoas sofrendo...
- 16 -Cr. – Eles fugiam, escapavam, eram torturados...
- 17 -Cr. – Capados...
- 18 -Cr. – Às vezes eles conseguiam fugir e iam para cima do morro.
- 19 -Cr. – Os políticos prometem muita coisa, mas não cumprem.
- 20 -Pesq. – O que é que isso tem a ver com o negro, Inês?
- 21 -Cr. – Tem, porque eles aproveitam a situação dos negros pobres das favelas e prometem melhores salários. No entanto...

Essas intervenções expressam muitos sentidos, alguns dos quais implícitos, reveladores da capacidade que os signos têm de se correlacionarem significativamente, *mutatis mutandis*, assumindo conotações diferentes, expandindo-se e transformando-se à medida que se contaminam no interior do discurso. Revelam, por isso, a indeterminação que caracteriza o ato de dizer e, portanto, a implicatura.

A pergunta feita pela professora (L.12) desencadeia, a partir do sentido implicado em “boazinha”, uma cadeia de significantes tais como “pena”, “sofrer” (sofrendo), “não sei”, “acho que”, que se relacionam entre si e que, por sua vez, pelo conhecimento prévio que essas crianças têm da escravidão no Brasil, apontam para novos sentidos. Esses novos sentidos, desencadeados pelas palavras “fugiam”, “fugir” e “morro”, configuram já uma nova significação, pois estão implicadas neles referências a fatos e situações do passado. Essas implicações novamente remetem a outros sentidos. É o que se observa, por exemplo, a partir do uso da palavra “morro”. A criança (Inês) estabelece uma analogia entre os fatos do passado e do presente, relacionando a fuga dos negros no passado para o morro com a situação da maioria da população negra do país, que vive nos morros (favelas), e produz o enunciado (L.19) – “Os políticos prometem muita coisa, mas não cumprem”. Quando a pesquisadora pergunta (L.20) – “O que é que isso tem a ver com o negro, Inês” – ela revela a inferência que o enunciado da menina

permitiu fazer em torno da analogia entre o passado e o presente, no que diz respeito à situação do negro, e das condições de exploração a que ele continua sendo submetido ainda hoje, só que agora pelos “políticos”. Esse sentido implícito de exploração dos negros na atualidade vem reforçado pelo uso da expressão “negros pobres” (das favelas). O enunciado posterior da pesquisadora (L.20) foi, então, uma tentativa de tornar explícito o que estava implícito no enunciado da menina.

Percebe-se, pois, uma gradação de sentidos que vai da pergunta da professora (L.12) ao comentário sugestivo da criança (L.21), e que só pode se realizar numa conversa porque seus participantes observaram o Princípio de Cooperação e algumas máximas conversacionais.

Assim, podemos dizer, por exemplo, que a menina diz *p* (L.19). Ela não diria isso se ela não pensasse que *q* (L.21), vendo naquela situação uma relação entre exploração e escravidão, escravidão e pobreza, pobreza e raça negra, escravidão no passado e no presente, morro e favela. Ela sabia que seus interlocutores suporiam que ela pensasse necessariamente tudo aquilo. Ela não fez nada para impedir que seus interlocutores pensassem isso (*q*). Ela teve a intenção de que seus interlocutores pensassem isso (*q*). Logo, há no seu enunciado uma implicatura conversacional.

Isso significa que razões de ordem psicológica, cognitiva, étnica, religiosa e cultural interferem na observância e na inobservância do Princípio de Cooperação e das máximas conversacionais. Basta pensar, por exemplo, como nos lembra Tannen (1982), que pensamos e sentimos na língua que aprendemos. E aprendemos, juntamente com a língua, valores, costumes, hábitos, concepções, e com eles desenvolvemos nosso comportamento e nossas atitudes, inclusive no plano da conversação. Crescemos em diferentes partes do país e do mundo, temos diferenças étnicas, religiosas, diferenças de classe, de sexo, de *background*, que resultam em diferentes maneiras de nos comunicarmos.

Por essa razão as máximas não são convenções arbitrárias. Elas

descrevem significados racionais para conduzir as trocas cooperativas. Então, elas governam aspectos do comportamento lingüístico e do comportamento não-lingüístico também. A razão do interesse lingüístico pelas máximas é que elas produzem inferências que vão além do conteúdo semântico das sentenças expressas. Essas inferências baseiam-se tanto no conteúdo do que é dito como em algumas hipóteses específicas a respeito da natureza cooperativa da interação verbal. Tais “inferências” são, por definição, “implicaturas conversacionais”.

Para Grice, essas inferências podem, muitas vezes, ser realizadas a partir da afirmação de hipóteses no nível profundo da sentença, embora tais hipóteses possam ser negadas no nível superficial. Para ele, nem sempre há na conversa adesão às máximas no nível superficial. Interpreta-se o que se diz conforme as máximas em algum nível. É o que ocorre no exemplo anterior (L.19).

Há, pois, uma objeção pertinente à observância das máximas: sabe-se que ninguém fala sempre com sinceridade, clareza, atingindo um certo grau de informatividade e relevância, todo o tempo.

Como nos adverte Tannen (1982), há diferenças no estilo conversacional que resultam em pequenas opressões individuais, mas cumulativas, que geram incompreensões e desentendimentos. São as chamadas quebras na comunicação.

Adotando a orientação de Lakoff a respeito da indiretividade, a autora diz que algo dito na comunicação significa o que significa porque as pessoas estão, na verdade, menos preocupadas com as idéias que elas expressam do que com o efeito que suas palavras possam ter sobre os seus interlocutores. Elas querem, muitas vezes, manter camaradagem, evitar imposições, dar – ou aparentar dar – à outra pessoa alguma escolha no assunto discutido. Isso, às vezes, gera conflito, pois as pessoas têm diferentes formas de respeitar essas regras ou intenções.

Isso pode ser ilustrado pela tentativa de mudança de esquema pela criança que, ao ser interrogada pela professora a respeito de significados implícitos em enunciados anteriores, sugere, dentro

daquele contexto, seu desinteresse ou seu repúdio pela discussão daquele tema.

Prof – Por que a diferença entre ricos e pobres é tão grande e por que os pobres são maioria?

Cr. – Ah, tia! Faz mais pergunta aí sem ser de pobre, de miserável...

Observa-se na pergunta da professora, pelo uso do interrogativo “por que”, uma capacidade de sugerir, de aludir. Há na pergunta uma intenção de colocar em xeque a decisão ou o direito de outrem de pensar ou de agir de uma determinada forma. A criança, ao perceber essa intenção, desloca o problema. Produz ironia.

Observa-se ainda, pelo exemplo anterior, que uma conversação não se realiza necessariamente pela informação expressa nas palavras. Mais que isso, a conversa diz algo a respeito de nossas relações. Ou seja, uma conversa inclui simultaneamente, como afirma Tannen (1982), a mensagem e a metamensagem. A mensagem diz respeito aos significados responsáveis pela informação. A metamensagem é aquilo que se comunica a respeito das relações, das atitudes, das intenções, da ocasião e daquilo que dizemos. Em outras palavras, “como” nós dizemos “o que” dizemos comunica significados sociais.

Há duas formas de fazer inferências:

1ª) Pela observância das máximas conversacionais, o que resulta numa implicatura padrão ou generalizada;

2ª) Pela desconsideração das máximas.

Exemplo de um tipo de implicatura generalizada:

A – Os negros não ganham bons salários.

B – Mas isso até os brancos não ganham.

O que está implicitado na sentença proferida por B é que o fato de trabalhar e não receber bons salários não é exclusivo para os negros, já que “até os brancos não ganham”. Esse marcador de foco

“até” alude para o fato de que as crianças percebem que há, na sociedade, uma diferença em relação à valorização do trabalho do negro e do trabalho do branco e que essa distinção privilegia o trabalho do branco no que se refere à remuneração, enquanto estigmatiza o trabalho do negro como “inferior”.

Muito embora haja, entre aqueles participantes, a suposição de que os brancos ganhem mais que os negros, essa diferença fica diluída, na medida em que a conjunção adversativa “mas” indicia uma contestação ao que foi afirmado por A e esse indício é reforçado pelo uso do advérbio “até”, que intensifica aquela contestação. Pelo “até”, B inclui os brancos na categoria de ganhar maus salários. Em outras palavras, implícita-se da sentença de B que, na verdade, brancos e negros ganham mal, indistintamente.

A conexão estabelecida entre a fala de B e a fala de A é óbvia. O falante implícita o que se deve supor que ele acredita a fim de preservar a hipótese de que ele está observando a Máxima de Relação. Por meio desse tipo de implicatura generalizada amplia-se a comunicação.

O segundo tipo de implicaturas, o que diz respeito à desconsideração das máximas, também tem propósitos comunicativos. Ele é chamado por Grice de *flouting* (zombeteiro, injurioso) ou *exploitation*.

As implicaturas resultantes desse tipo de utilização das máximas podem ser consideradas como responsáveis pelas tradicionais “figuras de linguagem”. Elas estão baseadas na força da suposição de cooperação. Por elas pode-se chegar ao contrário ou à negação daquilo que está sendo afirmado. Decorrem dessa utilização das máximas, por exemplo, a ironia, a hipérbole, a metáfora, o eufemismo e a ambigüidade.

Tomemos um exemplo de ambigüidade:

“A vida acaba com a morte”.

Diz o senso-comum: “A vida acaba com a morte”. “Acabar” significa “ter fim”, “chegar ao fim”, o que poderia ser, então,

interpretado como “A morte põe fim à vida”. A idéia é a de que a “morte” tem poder sobre a “vida”.

No entanto, o verbo “acabar”, que poderia exclusivamente reforçar a idéia de que a morte põe fim à vida instala, aqui, a possibilidade de um outro sentido: o de que a vida, por ela mesma, “afasta” a morte. “A vida supera a morte”. Instala-se, então, uma reversibilidade de sentidos. Quem acaba com quem?

A estranheza surge como efeito da implicatura. Este é um caso de implicatura conversacional particularizada.

Conclusão

Essas tentativas de interpretação do fenômeno da implicatura conversacional apontam a necessidade de se reconhecer a especificidade e, ao mesmo tempo, a complexidade do problema, pois que a ele concerne todo um envolvimento que garante a coerência do discurso.

O reconhecimento de uma implicatura conversacional pressupõe um conhecimento inicial da força convencional da expressão, mas o implicado conversacional “não está incluído na especificação original da força convencional da expressão [...]. Assim, inicialmente ao menos, os implicados conversacionais não são parte do significado das expressões cujo uso os produz”. (Grice, in Dascal, 1982)

Conclui-se, portanto, que a implicatura não é veiculada pelo que é dito, mas somente pela forma “como é dito” o que é dito.

Trata-se fundamentalmente do ato de significar, que significa mais que a inocência da informação. Trata-se de reconhecer a língua como um modo de vida social, e que, como tal, tem suas leis, explícitas ou implícitas, cujos efeitos engendram o dizer dos homens, que se confrontam incessantemente na teia sutil das interações sociais.

Sábria, pois, é a atitude do poeta, quando indaga: “Trouxeste a chave?”

Referências Bibliográficas

- DASCAL, Marcelo. *Fundamentos metodológicos da Linguística Pragmática*. Vol. IV, Campinas: Unicamp, 1982.
- LEVINSON. *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University, 1983.
- SÁ, Adísia (coord.); E. Diatay Bezerra de Menezes *et al.* *Fundamentos científicos da comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- SCHANK, Roger & ABELSON, Robert. *Scripts, plans, goals and understanding; an inquiry into human knowledge structures*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 1977.
- TANNEN, Deborah & WALLAT, Cynthia. Interactive Frames and Knowledge Schemas in Interaction: examples from a medical examination/interview. In: *Social Psychology Quarterly*. 1982, vol. 50, n. 2, p. 205-16.